

APROVO

O Reitor

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO

2400000741_SA_56AGIM2024

**Aquisição e instalação de mobiliário diverso para o Pavilhão de Portugal,
por lotes**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

ÍNDICE

CAPÍTULO I - Disposições Gerais	3
Artigo 1.º - Objeto de contratação	3
Artigo 2.º - Entidade Adjudicante	3
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar	3
Artigo 4.º - Fundamento da escolha do procedimento	4
Artigo 5.º - Órgão Competente para prestar esclarecimentos	4
Artigo 6.º - Disponibilização das peças do procedimento	4
CAPÍTULO II - Apresentação de Proposta e Habilitação	4
Artigo 7.º - Interessados	4
Artigo 8.º - Agrupamento de Concorrentes	4
Artigo 9.º - Documentos de Habilitação	5
Artigo 10.º - Prazo de supressão de irregularidades	5
Artigo 11.º - Documentos da proposta	5
Artigo 12.º - Idioma dos documentos da proposta	7
Artigo 13.º - Prazo e modo para a apresentação da proposta	7
Artigo 14.º - Preço anormalmente baixo	7
Artigo 15.º - Propostas variantes	7
Artigo 16.º - Prazo da obrigação de manutenção de propostas	7
Artigo 17.º - Critério de Adjudicação	7
Artigo 18.º - Modo de Prestação da Caução	8
Artigo 19.º - Possibilidade de adoção de um Ajuste Direto	8
CAPÍTULO III - Disposições finais	8
Artigo 20.º - Celebração do Contrato	8
Artigo 21.º - Falsidade de documentos e de declarações	9
Artigo 22.º - Legislação aplicável	9

CAPÍTULO I - Disposições Gerais

Artigo 1.º - Objeto de contratação

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição e instalação de mobiliário diverso para o Pavilhão de Portugal, por lotes, nomeadamente.
Lote 1 - Aquisição de mobiliário para a sala de estudo no Pavilhão de Portugal;
Lote 2 - Aquisição de mobiliário para salas de formação no Pavilhão de Portugal.
2. O Edifício da Universidade de Lisboa situado no Parque das Nações designado de Pavilhão de Portugal encontra-se na fase final de remodelação.
O edifício do Pavilhão de Portugal terá como principal função o acolhimento de diversas atividades, como palestras, conferências, formações e exposições.
O edifício do Pavilhão de Portugal disponibilizará também uma sala de estudo, aberta aos alunos, tal como acontece na sala de estudo já existente no Edifício Caleidoscópico, Campo Grande. Pretende-se que este novo espaço seja uma continuidade, quer na disponibilização aos alunos de um espaço de estudo aberto 24 horas, como também, da sua identidade.
Uma vez que não existe mobiliário disponível na Reitoria, nem noutros edifícios dos Serviços Centrais da Universidade de Lisboa para equipar os diferentes espaços do edifício de forma a poder funcionar plenamente, é necessário adquirir mobiliário para salas de formação e para a sala de estudo, essencialmente cadeiras, cadeiras operativas com rodas, carros para o transporte e arrumação de cadeiras e mesas de apoio.
3. O presente procedimento corresponde ao código 39100000-3 Mobiliário do Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV), conforme definido pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, de 28 de novembro de 2007.

Artigo 2.º - Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante do atual procedimento é a Universidade de Lisboa - Serviços Centrais, sito na Alameda da Universidade, 1649-004 Lisboa, telefone 351 210 113 400, endereço de correio eletrónico geral.aca@reitoria.ulisboa.pt e outros contactos disponíveis no endereço <https://www.ulisboa.pt/info/contactos>

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Reitor da ULisboa no uso de competência delegada nos termos da alínea c) do n.º 1 do Despacho n.º 5845/2024, publicado em Diário da República 2.ª Série, n.º 100, de 23 de maio.

Artigo 4.º - Fundamento da escolha do procedimento

O tipo de procedimento adotado é o Concurso Público nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 20.º do Código dos Contratos Públicos, e nos termos da alínea c) do n.º 1 e da alínea d) do n.º 2 do art.º 16.º e dos artigos 130.º e seguintes, todos do mesmo código.

Artigo 5.º - Órgão Competente para prestar esclarecimentos

Nos termos do n.º 2 do art.º 69.º do CCP, o órgão competente para a Decisão de Contratar, delegou no júri do procedimento, a competência para prestar esclarecimentos.

Artigo 6.º - Disponibilização das peças do procedimento

1. As peças do procedimento são constituídas, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 40º do CCP, pelo anúncio, o programa de concurso e pelo caderno de encargos e respetivos anexos, bem como as demais documentações que dele façam parte integrante.
2. As peças do procedimento são disponibilizadas gratuitamente na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt.

CAPÍTULO II - Apresentação de Proposta e Habilitação

Artigo 7.º - Interessados

Podem responder ao presente Programa de Concurso os interessados que não se encontrem nas situações previstas no artigo 55.º (Impedimentos) do CCP, ou que, encontrando-se numa das situações descritas nas alíneas b), c), g), h) ou l) do n.º 1 desse artigo, demonstre que as mesmas poderão ser relevadas ao abrigo do disposto no art.º 55.º - A.

Artigo 8.º - Agrupamento de Concorrentes

1. As entidades que integrarem um agrupamento concorrente devem designar um representante comum para praticar todos os atos no âmbito do respetivo procedimento, incluindo a assinatura eletrónica dos documentos da proposta e a receção de notificações e comunicações, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato, emitidos por cada um dos membros.
2. Todos os membros do agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante e, em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento deverão associar-

se na modalidade de consórcio externo de responsabilidade solidária, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 9.º - Documentos de Habilitação

1. O adjudicatário obriga-se a apresentar no prazo de cinco dias úteis, a contar da data de notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no art.º 81.º do CCP:

Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do CCP;

Certidão Permanente da empresa com indicação dos órgãos que vinculam a empresa;

Comprovativo da inscrição no RCBE;

Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º:

- Certificados dos Registos Criminais dos titulares dos órgãos de administração, da direção ou da gerência;

- Certificado do Registo Criminal da empresa;

Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea d) do n.º 1 do art.º 55.º:

- Certidão comprovativa da situação contributiva perante a Segurança Social;

Documento comprovativo de que não se encontra na situação prevista na alínea e) do n.º 1 do art.º 55.º:

- Certidão comprovativa da regularização da situação tributária.

2. Todos os documentos de habilitação do adjudicatário devem ser redigidos em língua portuguesa, ou em língua estrangeira, desde que o adjudicatário os faça acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 10.º - Prazo de supressão de irregularidades

No caso de serem detetadas irregularidades nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, o adjudicatário é notificado para supri-las no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Artigo 11.º - Documentos da proposta

Conforme disposto no art.57.º CCP, a proposta a apresentar deve ser constituída pelos seguintes documentos:

1. Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do CCP, emitida conforme modelo constante do Anexo I;
2. Proposta com a indicação do preço unitário de cada um dos artigos/bens que compõem o lote 1 e o lote 2 e também do preço global de cada um dos lotes (preço da instalação e de todos os trabalhos acessórios e complementares incluídos);
3. Declaração com o prazo de entrega e instalação dos artigos/bens de cada um dos lotes;
4. Ficha técnica/catálogo com os seguintes elementos:
 - indicação da composição dos materiais e qual a sua percentagem de materiais recicláveis ou componentes utilizados no processo de fabrico, a qual não podem ser inferior a 2%;
 - indicação que os bens são produzidos em cumprimento da certificação ISO 14001;
 - indicação que os bens são produzidos com madeira obtida a partir de florestas com certificação de gestão sustentável, como por exemplo PEFC (ver documento original) (Programme for the Endorsement of Forest Certification) e FSC(ver documento original) (Forest Stewardship Council) ou o Rótulo Ecológico da EU.
5. Para cada lote, deverá ser entregue obrigatoriamente um protótipo de cada um dos bens que compõem o lote no Edifício da Reitoria da Universidade de Lisboa no prazo máximo de 5 dias úteis após a comunicação da abertura das propostas na plataforma eletrónica, sendo que a falta desta entrega implica a exclusão da proposta.
6. Os preços constantes da proposta são indicados em algarismo e por extenso, e não incluem o IVA. Quando os preços constantes da proposta forem também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismo;
7. No caso da apresentação de preços parciais e existindo divergência entre a soma dos preços parciais e o preço global indicado, prevalece, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;
8. Todos os documentos são obrigatoriamente assinados individualmente pelo interessado ou representante com poderes para o obrigar, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do CCP, com recurso à assinatura eletrónica qualificada, nos termos do art. 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;
9. Quando não seja possível, através do certificado digital qualificado, determinar a qualidade e os poderes de assinatura do membro da pessoa coletiva ou do assinante indicado no certificado, deve o concorrente apresentar, juntamente com os documentos

submetidos, um documento oficial que ateste o poder de representação e assinatura, designadamente, a certidão permanente ou uma procuração devidamente reconhecida por autoridade competente.

Artigo 12.º - Idioma dos documentos da proposta

Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo o documento referido no ponto 4 do artigo 11.º do presente programa de concurso do qual podem constar palavras/expressões redigidos em língua estrangeira: Inglês.

Artigo 13.º - Prazo e modo para a apresentação da proposta

As propostas devem ser apresentadas via plataforma eletrónica ACINGOV até às 23h59m do 12.º (décimo segundo) dia a contar da data de publicação do DRE e da respetiva disponibilização das peças do procedimento na plataforma.

Artigo 14.º - Preço anormalmente baixo

Não é definido nenhum preço anormalmente baixo.

Artigo 15.º - Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 16.º - Prazo da obrigação de manutenção de propostas

O prazo de validade das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias úteis contados da data de termo do prazo fixado para a sua apresentação.

Artigo 17.º - Critério de Adjudicação

1. A adjudicação de cada um dos lotes, lote 1 e lote 2, será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade Multifator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfatores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar, de acordo com o Anexo A do Programa de Concurso.
2. Em caso de empate, para cada um dos lotes, as propostas dos concorrentes em situação de empate são desempatadas através:

Lote 1:

- Menor preço unitário da mesa retangular (artigo 1);
- Menor preço unitário da mesa circular (artigo 2);
- Menor preço unitário da cadeira simples (artigo 3);
- Sorteio na presença dos concorrentes cujas propostas se encontrem em situação de empate e na presença dos elementos de júri em efetividade de funções.

Lote 2:

- Menor preço unitário da cadeira fixa do tipo “jacobson” ou equivalente, com braços (artigo 1);
- Menor preço unitário da cadeira fixa do tipo “jacobson” ou equivalente sem braços (artigo 2);
- Menor preço unitário do carro para transporte de cadeiras (artigo 3);
- Menor preço unitário da cadeira giratória com braços (artigo 4);
- Menor preço unitário da mesa com tampo rebatível (artigo 5);
- Sorteio na presença dos concorrentes cujas propostas se encontrem em situação de empate e na presença dos elementos de júri em efetividade de funções.

Artigo 18.º - Modo de Prestação da Caução

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 88.º do CCP é exigida a prestação de caução.
2. Nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do CCP o valor de caução é 5% do preço contratual.

Artigo 19.º - Possibilidade de adoção de um Ajuste Direto

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Código dos Contratos Públicos, prevê-se no presente programa de concurso a possibilidade de adoção do procedimento de Ajuste Direto, caso em anterior concurso público nenhum concorrente tenha apresentado proposta ou todas as propostas tenham sido excluídas com fundamento na primeira parte da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do mesmo Código.

CAPÍTULO III - Disposições finais

Artigo 20.º - Celebração do Contrato

1. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão da reclamação.

2. A outorga do contrato, nos termos da alínea b) do n.º 3 do art.º 104.º, pode ser realizada por recurso a assinatura por meios eletrónicos, não podendo neste caso o prazo para a outorga e envio do contrato ser inferior a 3 (três) dias úteis.

Artigo 21.º - Falsidade de documentos e de declarações

Sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de qualquer documento de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina, consoante o caso, a respetiva exclusão ou a invalidade da adjudicação e dos atos subsequentes.

Artigo 22.º - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto nas peças do procedimento, aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO

2400000741_SA_56AGIM2024

Aquisição e instalação de mobiliário diverso para o Pavilhão de Portugal, por lotes

Anexo A ao Programa de Concurso

1. O critério de adjudicação adotado é idêntico para todos os lotes, nomeadamente, para o lote 1 - Aquisição de mobiliário para a sala de estudo no Pavilhão de Portugal e para o lote 2 - Aquisição de mobiliário para salas de formação no Pavilhão de Portugal.
2. O critério de adjudicação, para todos os lotes, é o da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade multifator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um conjunto de fatores, e eventuais subfactores, correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar, nomeadamente, os seguintes fatores:

$$CF = ((PT \times 60\%) + (PFI \times 25\%) + (SAP \times 15\%))$$

Onde:

CF - Classificação Final;

PT - Classificação do fator “Preço Total”

PFI – Classificação do fator “Prazo de Fornecimento incluindo Instalação”

SAP - Classificação do fator “Sustentabilidade Ambiental da Proposta”

3. A pontuação de cada um dos fatores que constituem o critério de adjudicação são obtidos do seguinte modo:

3.1. Fator Preço (P)

A pontuação do fator Preço (P) é obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = 100 - (PTP/PB) \times 100$$

Onde:

P – Fator preço

PTP – Preço final (sem IVA) da proposta do concorrente (€);

PB – Preço base do concurso (€).

3.2. Fator Prazo de Fornecimento incluindo Instalação (PFI)

A pontuação do fator Prazo de Fornecimento incluindo Instalação (PFI) é obtida de acordo com a seguinte fórmula:

$$PFI = 100 - (PFIP/PMA) \times 100$$

Onde:

PFI – Fator Prazo de Fornecimento incluindo Instalação

PFIP – Prazo de Fornecimento incluindo Instalação Proposto

PMA – Prazo Máximo Admissível para Fornecimento incluindo Instalação – **30 dias para o lote 1 e 90 dias para o lote 2.**

3.3. Fator Sustentabilidade Ambiental da Proposta (SAP)

O fator pretende avaliar a percentagem de componentes e/ou materiais recicláveis na composição dos bens a fornecer: PCR – pontuação da percentagem de componentes recicláveis

$$SAP = (PCR)$$

A proposta será pontuada de acordo com a seguinte pontuação:

Percentagem de materiais recicláveis apresentada	Pontuação
Igual ou superior a 2% e até 10% de materiais recicláveis	0 pontos
Entre 10% e 15% de materiais recicláveis	5 pontos
Superior a 15% de materiais recicláveis	10 pontos

4. Em caso de empate, para cada um dos lotes, as propostas dos concorrentes em situação de empate são desempatadas através:

Lote 1:

- Menor preço unitário da mesa retangular (artigo 1);
- Menor preço unitário da mesa circular (artigo 2);
- Menor preço unitário da cadeira simples (artigo 3);
- Sorteio na presença dos concorrentes cujas propostas se encontrem em situação de empate e na presença dos elementos de júri em efetividade de funções.

Lote 2:

- Menor preço unitário da cadeira fixa do tipo “jacobson” ou equivalente, com braços (artigo 1);
- Menor preço unitário da cadeira fixa do tipo “jacobson” ou equivalente sem braços (artigo 2);
- Menor preço unitário do carro para transporte de cadeiras (artigo 3);
- Menor preço unitário da cadeira giratória com braços (artigo 4);
- Menor preço unitário da mesa com tampo rebatível (artigo 5);
- Sorteio na presença dos concorrentes cujas propostas se encontrem em situação de empate e na presença dos elementos de júri em efetividade de funções.